



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 19 - Nº 346 - DE 01 A 14 DE OUTUBRO DE 2007 - R\$ 2,00

## **Caso Renan, mensalão, compra de votos: Decomposição da política burguesa**

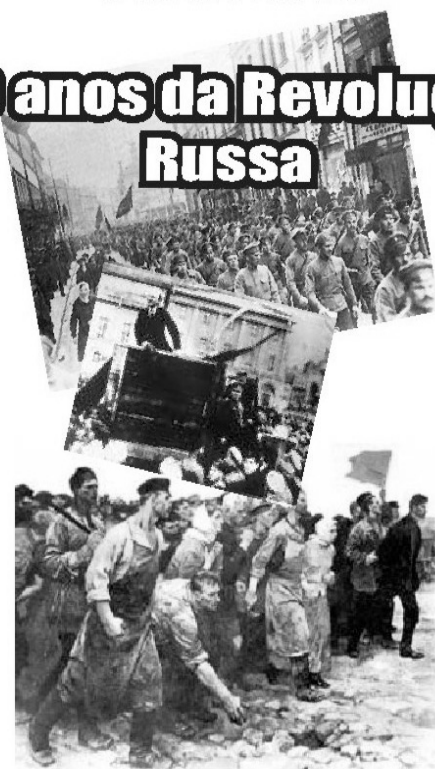
### **3ª Reforma da Previdência: mais retirada de direitos**

### **Legalização das centrais sindicais: estatização que deve ser rechaçada; lutar pela independência e autonomia sindicais**

### **Congresso ultraburocrático da Apeoesp: Resumo da tese da Corrente Proletária**

### **Metalúrgicos-ABC: imposto de renda rebaixa salários reajustados**

### **90 anos da Revolução Russa**



### **Argentina: Corrupção, inflação, entrega e repressão**

### **Bolívia: Crise interburguesa na Constituinte As massas não devem apoiar seus algozes**

## Decomposição da política burguesa

Mês de agosto foi dedicado ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do mensalão, que acatou a denúncia do procurador da República. José Dirceu (PT) foi considerado chefe de quadrilha, juntamente com mais 39 acusados, de vários partidos. Mês de setembro esteve voltado à votação no Senado da cassação de Renan Calheiros, que foi absolvido por 40 votos contra 35 a favor. Isso depois de mais de três meses de denúncias e manobras em torno das investigações. Em seguida, em fins desse mesmo mês, a Polícia Federal divulgou o relatório sobre o caixa dois eleitoral constituída pelo ex-presidente do PSDB e deputado Eduardo Azeredo.

Lembremos que na metade do primeiro mandato de Lula, a partir de um flagrante de suborno nos Correios e da denúncia do implicado deputado Jefferson (PTB), aliado do governo petista, explodiu o escândalo do que se denominou valerioduto e mensalão. A partir daí, a podridão foi emergindo por todos os poros do Estado e da política burguesa. Lula manteve-se no poder e conseguiu arrastar as massas empobrecidas para lhe darem o segundo mandato. Mas a vitória sobre Alckmin e a formação de uma das mais amplas alianças governamentais da história do Brasil não sufocou a crise política.

Mesmo com a situação econômica favorável e com a burguesia ganhando muito dinheiro, as disputas no seio do Estado continuaram extremadas. Não tiveram maiores reflexos na estabilidade governamental devido justamente à estabilidade financeira e ao crescimento econômico. O apoio internacional da burguesia ao governo petista de coalizão peemedebista se deve a que o grande capital está se locupletando e a que as massas estão sendo alimentadas por migalhas.

### Estado, cova de ladrões

A crise Renan ficou circunscrita à sua figura. O presidente do Senado fez ameaças de detonar denúncias contra todos e cobrou de Lula apoio devido. A oposição constituída por PFL, PSDB, PSOL contou com uma parcela de deputados da base aliada (PSB, PDT, PMDB etc) e do próprio PT no movimento pela cassação de Renan. E o governo trabalhou abertamente pela manutenção do crápula. Figuras, até então ilibadas do PT, como Aloísio Mercadante, se empenharam por Renan, em nome de que não havia provas conclusivas.

Os votos foram contabilizados no lápis e assim parte dos petistas pôde se abster, parte votar contra e parte a favor. Ficou claro que o larápio foi mantido no cargo graças ao governo e ao PT. Mas esse resultado não se deveu apenas a esses protagonistas. Senadores do PSDB e PFL votaram por Renan. Alguns nomes foram citados pela imprensa e alguns até liberados pela oposição, com a justificativa de sobrevivência política regional, como o caso de João Tenório, do PSDB de Alagoas, e Edson Lobão, do PFL do Maranhão. Tudo permaneceu anil no céu do Brasil.

PSOL fez e faz coro em torno da ética e da democracia com os canalhas do PSDB e do PFL. Dom Quixote, senador do PSOL, José Nery, lamentou: “Essa sessão representou uma grande derrota da ética. Foi uma decisão vergonhosa para o Brasil. O Senado deu um mau exemplo para a Nação, mas acre-



*Azeredo e Mares Guia: por trás deles, Marcus Valério*

ditamos que a luta ainda não acabou. Considerando a indignação da opinião pública com esse resultado e a pressão que existirá, acho que a luta se fortalecerá”. (Estado, 13/9)

O congresso é uma cova de ladrões. Mesmo que cortasse a cabeça de Renan, continuaria a ser uma cova de ladrões. As instituições do Estado são o campo da política e das altas negociações das frações, de grupos e de indivíduos da burguesia. O entrelaçamento dos partidos com quadrilheiros burgueses não é exceção, mas condição de funcionamento do Estado. Expressa a decomposição do capitalismo. Não há como reformá-lo. É preciso destruí-lo pela revolução proletária.

### Quadrilha do PSDB

O Sr. Alckmin, em palestra na Fundação Getúlio Vargas, explicou que “o escândalo que envolveu políticos ligados ao governo Lula está vinculado à corrupção e troca de apoio parlamentar por votos, enquanto o caso no qual estaria envolvido Azeredo tem características de caixa 2 de campanhas eleitorais”. E José Serra afirma: “Não há mensalão mineiro nenhum”. (Estado, 27/9). Em seu editorial de 28/9, o Estado intitula: “O nome é de menos”. Diz que o relatório policial evoca o termo usado contra os 40 envolvidos no mensalão – na verdade contra o PT – como “complexa organização criminoso”, referindo-se agora ao caso de Eduardo Azeredo. Reconhece o editorial que “qualquer semelhança entre o esse modus operandi e o sistema do mensalão não é mera coincidência”.

Evidentemente, o editorial não tem como desconhecer que “o valerioduto que abasteceu os companheiros e aliados do presidente Lula (...) teve como modelo o sistema inaugurado por Valério em Minas, então a serviço de um dispositivo de poder cuja figura central viria a ser o presidente do PSDB”. Por que então importou, à exaustão, o nome “quadrilheiros” e “organização criminoso” em se tratando do PT e de figuras como José Dirceu?

Por mais que os réus petistas exigissem que se provasse o mensalão e que, contrariamente a essa tese, explicassem que usaram o expediente universal do caixa dois, importou ao Procurador, aos juizes e à imprensa o nome de quadrilheiros, criminosos etc. E por que no caso do PSDB não importa o nome? Agora, a notícia é outra, as manchetes são outras, a importância é outra.

Os fatos mostraram que o PT não montou a quadrilha do valerioduto, dela se serviu e com ela se imiscuiu. Quem montou a rede para desviar dinheiro das estatais foi o PSDB – essa é

a verdadeira quadrilha. A explicação de que o PSDB apenas fez caixa 2 ou que há semelhanças entre a prática dos peessedebistas e petistas – como quer o Estado – é uma forma de esconder os pais e avôs da “organização criminoso”. O PT foi o filhote que se lambuzou nas tetas abundantes das vacas mineiras.

### **Ladragem dos ilustres**

Quanto movimentou a quadrilha do PSDB? 100 milhões de reais. Quanto oficialmente contabiliza os gastos de campanha de Azeredo? Apenas R\$ 8,5 milhões. E onde foram parar R\$ 91,5 milhões? Segundo a PF, R\$ 5,17 milhões vieram das estatais mineiras, como Copasa, Comig e Bemge (ex-banco estadual). Quais são as outras fontes? Cerca de R\$ 95 milhões são desconhecidos. Somente uma quadrilha bem qualificada e bem protegida poderia manejar tal soma.

Azeredo sentiu o fogo chegar perto de sua pele. Quem irá socorrê-lo? Há chefões que não aparecem. Então alertou que afinal Fernando Henrique Cardoso concorria à Presidência, em 1998, quando ele, Azeredo, concorria contra Itamar Franco ao governo de Minas. Sugeriu, assim, que os R\$ 100 milhões tiveram altos vôos.

Alguém perguntou se o Sr. FHC sabia do azeredoduto? É

claro que os chefes do PSDB sabiam, assim como Lula e Dirceu sabiam das falcatruas com o banco Rural etc. Nem bem Azeredo alertou o PSDB da culpabilidade, Alckmin e Serra saíram em sua defesa. 170 candidatos e 19 partidos constam do relatório da PF como destinatários da derrama de dinheiro. O candidato a vice de Azeredo era do PFL. Os maiores acusadores de Dirceu como chefe de quadrilha não têm nada de ovelhinhas.

É tão intrincada a disputa de quadrilhas no Estado que um dos grandes implicados no escândalo mineiro é o ministro das Relações Institucionais Walfrido Mares Guia, protegido de Lula e do PT, que está quietinho. Mas um nome ilustríssimo do PSDB, como o governador de Minas Aécio Neves, também está envolvido. Insiste na mesma toada de que o que ocorreu no plano federal com o PT é muito diferente das negociatas de Azeredo no plano estadual.

Tudo será feito para diferenciar o processo contra o PT do processo contra Azeredo. O PSDB será preservado. Ir a fundo na quadrilha originária significa expor de conjunto a política putrefata da burguesia. Nenhuma instituição dos capitalistas poderá desmontar as quadrilhas partidárias. A classe operária, os pobres e oprimidos terão de assumir seu papel na transformação histórica.

## **Economia e a vida dos trabalhadores**

Dados são usados para mascarar a violência dos capitalistas contra a maioria explorada. A pobreza reduziu? O desemprego caiu? O custo de vida é baixo? Os direitos trabalhistas estão assegurados? O nível de escolaridade subiu? A elevação do PIB trouxe melhorias para o povo oprimido? Os governos e a burguesia utilizam as pesquisas para responder que a economia cresce, o emprego aumenta, mais pessoas estão comendo melhor, a distribuição de renda vem se efetivando e as conquistas sociais estão sendo preservadas. Para a maioria explorada, nada disso é real. Eis aqui porque.

## **3ª Reforma da Previdência: retirada de direitos**

Governo, empresários e Centrais Sindicais chegaram ao acordo de que é preciso alterar as regras da Previdência. Fernando Henrique Cardoso, em 1998, deu uma cajadada nos trabalhadores eliminando a aposentadoria por tempo de serviço e introduzindo a combinação tempo de serviço com tempo de contribuição. Resultado: trabalhar mais para obter o direito. Sem dizer que introduziu o fator previdenciário, para reduzir o valor das aposentadorias. Lula, em 2003, golpeou os servidores públicos, pondo fim às aposentadorias integrais, ao regime de paridade (ativos e aposentados) e criando a contribuição aos aposentados.

Agora, por meio de um projeto-lei, Lula levou ao Congresso medidas da 3ª reforma da previdência, entre elas a criação do Plano Complementar para os funcionários públicos. Trata-se de uma medida que iguala o servidor aos trabalhadores do INSS, que estão sujeitos ao teto de R\$ 2.890,00. Por meio do projeto-lei, Lula impõe a Funpresp ( Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal). O servidor só terá garantido o teto e, se quiser se aproximar do salário que recebia na ativa, obrigatoriamente terá de contribuir com a previdência complementar. Que significa o desconto de 11% sobre o teto e mais 7,5% sobre o valor que excedeu o teto. Resultado:

mais descontos sobre os salários e menos garantia de que receberá essa recompensa quando da aposentadoria. Isso porque o “benefício” complementar dependerá da rentabilidade das aplicações feitas pela Funpresp. As crises nas Bolsas colocam o risco as aplicações na previdência complementar. O projeto-lei sendo aprovado em nível federal poderá ser implantado nos Estados e municípios.

Paralelamente, o Fórum Nacional da Previdência aprovou um conjunto de “consensos” (como diz a burocracia sindical), que deverá ser transformado em medidas sobre as aposentadorias. Os “consensos” entre governo, empresários e centrais sindicais não dizem à manutenção e/ou retomada de direitos que foram arrancados nesses últimos sete anos. A burocracia da CUT faz demagogia de que conseguiu modificar a intenção do empresariado de continuar retirando conquistas dos trabalhadores. Diz que o piso previdenciário e o piso assistencial devem permanecer atrelados ao salário mínimo; que o período de recebimento do seguro-desemprego pode ser contado como tempo de contribuição e que a contribuição será paga pelo FAT e não pelo desempregado; que poderá haver maior fiscalização sobre o trabalho informal; que deverá existir uma legislação para acelerar a cobrança de dívidas com a Previdência. Mas os



tais “consensos” estão na dependência da forma como serão regidos e de como os partidos reagirão no Congresso.

Do ponto de vista de direitos, não houve avanço. Computar alguns meses a mais no tempo de contribuição é irrisório diante do período que terá amargar de desemprego. Dizer que haverá maior controle e fiscalização sobre as operações do empresariado é conversa mole. A burguesia é a maior assaltante dos cofres da previdenciária. Conta para isso com a proteção das leis, da Justiça, dos governos e dos parlamentares.

Governos e empresários manobram com os dados para justificar nova reforma da Previdência. Dizem que é deficitária, que não suporta o peso das aposentadorias e que é preciso corrigir para garantir sua existência. Fazem campanha de que o trabalhador brasileiro é o que se aposenta mais cedo em relação aos outros países. Contam a seu favor com o apoio da grande imprensa, que difama a grande maioria servidores públicos (tidos como privilegiados), que responsabiliza os idosos de receberem sem ter contribuído nos moldes da lei e que trata os milhões de aposentados como causadores do déficit da previdência. E tem como aliados as burocracias sindicais, que participam dos Fóruns governamentais e levam para o movimento dos trabalhadores a política dos capitalistas.

Na realidade, os dados demonstram que não há déficit. O orçamento total da Seguridade Social, que abarca contribuições dos trabalhadores, dos empresários, Confins, CPMF, PIS/Pasep e receitas de loterias, é superavitário. E se houver algum

problema de caixa é de inteira responsabilidade dos governos e patrões, que sonegam e devem rios de dinheiro à Previdência.

O governo Lula, em meio à crise de corrupção dos partidos burgueses, tenta por meio de projeto-lei dar continuidade a reforma da previdência. Têm a seu favor o apoio das burocracias das Centrais sindicais, que vislumbram “consensos” com os algozes dos explorados.

*O Partido Operário Revolucionário (POR) denuncia as falcatruas da burocracia corrompida e combate a totalidade da reforma da Previdência. Defende as reivindicações de:*

*1) Sistema único de previdência estatal, sob o controle da classe operária. Expropriação de todas as formas de previdência privadas;*

*2) Extinção de todas as contribuições dos assalariados que recebem até o salário mínimo vital, que está em torno de R\$ 2.500,00. Que os empresários arquem com as contribuições, pois já sangram os explorados por meio de salário de fome, de jornadas exaustiva e da superexploração do trabalho (aumento da produtividade);*

*3) Que nenhum aposentado e pensionista receba menos que o salário mínimo vital;*

*4) Inclusão de todos os trabalhadores (empregados, desempregados, rurais, sem-terra) no sistema único de previdência;*

*5) Fim das aposentadorias milionárias da cúpula do judiciário, do governo etc.*

## **Inflação baixa, custo de vida nas alturas**

O governo faz propaganda de que a economia cresce, a inflação está contida, a crise das bolsas mundiais não afetaram o país e que milhões de “pobres estão comendo mais”. Para isso, usa os dados de desempenho positivo das exportações, de queda da taxa de desemprego, de aumento da produção industrial e de previsões otimistas de elevação do PIB para 4,5% em 2007.

Mas a realidade para a maioria dos explorados é outra. O preço dos produtos alimentícios (cesta-básica) sobe diariamente. No ano, o leite subiu 54%; o feijão, 25%; o pão, 7,5%; frango e ovos, 26,1%; café, 18,1%; carne bovina, 12,8%. Isso sem dizer do tomate (61,5%) e outros legumes. A elevação do preço da comida atingiu mais diretamente a população pobre, pois os alimen-

tos pesam mais no orçamento das famílias de menor poder aquisitivo. A tendência é aumentar os preços e não estagnar, como apontam os dados oficiais.

A saída governamental é a da Bolsa-família e outros programas assistenciais. Por essa via, os pobres continuam miseráveis e dependentes do auxílio do governo.

*Os trabalhadores só têm a via da luta pelo emprego a todos, pelo salário mínimo vital e pela escala móvel dos reajustes salariais. Ou seja, subiu o preço da comida, sobe o salário automaticamente. Quem deve pagar pela alta dos preços são os que lucram com a exploração da maioria pobre.*

## **Marca da miséria**

As pesquisas indicam que 45,8 milhões de pessoas dependem do Bolsa-Família. De um total de 190 milhões de habitantes, um a cada quatro sobrevive do Bolsa-Família. O Nordeste tem o maior contingente de dependentes, 22,6 milhões. Os dados revelam que o auxílio é maior nas áreas urbanas (69%) e que a maioria das famílias (63,6%) mora em casa sem rede de esgoto.

O Bolsa-Família é o cartão de visita do governo Lula, que destina R\$ 8,7 bilhões por ano. Por isso, faz propaganda exaus-

tiva das benesses do programa assistencialista. E é por meio dele que colhe os dividendos eleitorais.

O que está por detrás desse programa?

Está a realidade dura de milhões e milhões de brasileiros que vivem na penúria. Para serem cadastrados têm de comprovar que passam fome, não podem ter renda superior a R\$ 120,00 por mês. Em troca, recebem uma bolsa que varia de R\$ 18,00 a R\$ 112,00. Mas não param aí as exigências: precisam de endereço fixo, de registro dos filhos, declaração de rendimentos etc.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

O crescente número de “beneficiados” do Bolsa-Família é o indicador de que a miséria cresce por todos os lados e que é nas regiões mais pobres do país que se concentram os famintos. Revela, também, que o crescimento econômico do Brasil não possibilitou a criação de empregos para esse enorme contingente

## Trabalho escravo

O governo não pode esconder uma das condições mais aviltantes de exploração da mão-de-obra, que é o trabalho escravo. O Brasil não conseguiu eliminar essa chaga introduzida pelo colonialismo português. Volta e meia vem à tona denúncias de trabalho escravo, como essa ocorrida em junho, no estado do Pará, na Fazenda Pagrisa. Nesse local, mais de mil cortadores de cana trabalhavam em condições subhumanas: jornadas de mais de 10 horas diárias, sem pausa de almoço, alojamento superlotados, falta de água potável, salário inferior ao mínimo, descontos dos alimentos e remédios. Os fiscais foram ameaçados e a Usina Pagrisa comprou a comissão de senadores para que avalizassem como mentirosa as denúncias de existência de trabalho escravo. Entre os senadores estavam o grileiro Jarbas Vasconcelos, meti-



*Governo e Senado coniventes com trabalho escravo*

do programa.

*Para acabar com a fome e a miséria, é preciso que haja emprego a todos. Para que isso ocorra, é necessário a implantação da escala móvel das horas de trabalho – divisão das horas nacionais de trabalho entre todos os que estão aptos.*

do até os ossos com denúncias de corrupção, e o torturador Romeu Tuma.

Dados do governo afirmam que desde 1995, cerca de 570 ações de fiscalização, resultaram na “libertação” de mais de 25 mil trabalhadores que se encontravam na condição de escravos. Certamente, os números são muito superiores.

*Os trabalhadores devem combater todas as formas de exploração do trabalho. A erradicação do trabalho escravo é uma tarefa que a burguesia não pôde cumprir e está obrigada a usá-lo nas regiões onde as relações são pré-capitalistas. Será por meio da revolução proletária que se colocará fim à exploração do trabalho, inclusive do escravo. Os trabalhadores serão emancipados do jugo do capital.*

## Exploração de crianças

O governo tem feito propaganda de que o trabalho infantil está reduzindo. Diz que caiu de 12,2% para 11,5%. O fato é que a queda foi de menos de 1%, embora os programas assistenciais do governo tenham a obrigatoriedade da família retirar as crianças do trabalho e colocá-las nas escolas.



*Milhares de crianças nas ruas sem emprego ou escola*

Os dados são de que quase 2 milhões de crianças de 5 a 14 anos trabalham em condições precárias, comprometendo o desenvolvimento físico-mental. Desse total, os meninos-trabalhadores são 65,9%. A maioria das famílias que têm crianças no trabalho possui uma renda média per capita de R\$150,00, o que obriga desde cedo a criança a trabalhar. Pior ainda: possuem uma jornada semanal

de 10,6 horas e parte não freqüenta as escolas. Se tomarmos a faixa etária de 5 a 17 anos, o número de crianças e adolescentes trabalhando passa para 5,1 milhões. Sendo que 44,3% delas não sabem ler nem escrever.

*O Estado, suas leis e seus governos não poderão erradicar a exploração do trabalho infantil, pois sua raiz está na existência do sistema capitalista de*

*produção. O fim da exploração infantil é parte do programa da revolução proletária, que instaurará a produção e apropriação coletivas. A reivindicação de vincular os estudos com o trabalho produtivo, de acordo com a idade, possibilita a unidade dos explorados contra os governos e os capitalistas.*

## Desemprego é alto

As pesquisas do governo apontam queda na taxa de desemprego. Dizem que em 2006 foi um dos melhores anos, desde 1997. Falam que a taxa de desemprego caiu de 9,3% (2005) para 8,5 (2006). E que a informalidade que contava com 51,8% da força de trabalho desceu para 50,4%.

O fundamental é que o desemprego é altíssimo. Nos estados com maior concentração populacional, os índices são maiores - São Paulo, 10%; Rio de Janeiro, 11,8%, Brasília, 11,5%. A taxa de desemprego entre a juventude de 18 a 25 anos atingiu 16,7%. É sabido que os dados não condizem com a realidade, porque não abarca uma camada enorme de trabalhadores. Isso porque não tem residência fixa, está fora do mercado de traba-

lho há mais de dois anos e outros obstáculos que impedem a pesquisa.

Em 2006, os trabalhadores com carteira assinada eram de 30,1 milhões, de um total de 89,3 milhões de empregados. Segundo o governo, houve um crescimento dos empregos formais. Mas é insignificante diante da grande número de assalariados com contratos informais.

*A luta dos trabalhadores é pelo fim do desemprego. A reivindicação que responde é a da escala móvel das horas de trabalho – divisão das horas nacionais por todos aqueles que estão prontos para o trabalho.*

## Tudo pronto para a legalização das Centrais Sindicais

As comissões que verificavam o projeto lei 1990/2007, que reconhece as Centrais Sindicais, deram sinal verde para ser encaminhado à votação na Câmara dos Deputados. O relator do projeto é o ex-presidente da CUT, o pelego e deputado Vicentino.

A burocracia a CUT declarou que esse é o primeiro passo para a reforma sindical. Disse que, após o reconhecimento, é preciso avançar para o “contrato coletivo nacional e para a revisão da forma de financiamento da estrutura sindical”. Afirmou que é necessário uma proposta de consenso entre as centrais sindicais sobre o fim do imposto sindical com a implantação da contribuição negocial.

A aprovação do reconhecimento significará o repasse de 10% do imposto sindical para as Centrais que estão dentro das normas estabelecidas pela Reforma Sindical. As Centrais que poderiam ficar de fora resolveram o problema se fundindo, como o caso do nascimento da UGT. O sonho dos burocratas de colocar as mãos nessa fábula de dinheiro está prestes a acontecer. A direção da CUT faz demagogia sobre o fim do imposto sindical, mas até lá colocará a mão na soma que lhe cabe.

A legalização das Centrais permitirá, em seguida, as negociações por cima das assembleias dos sindicatos em torno dos direitos trabalhistas que deverão ser arrancados.

Os explorados devem denunciar a trama armada pela burocracia para se apossar do imposto sindical e usá-lo contra os trabalhadores. E defenderem:

- 1.Fim da reforma sindical, que legaliza o poder da burocracia das centrais contra a vida das massas;
- 2.Nenhuma interferência do Estado e da Justiça para o reconhecimento dos organismos dos trabalhadores;
- 3.O fim de toda legislação repressiva que impede a livre organização e ação dos sindicatos e das centrais;

Por isso, o reconhecimento dos organismos dos trabalhadores deve ser imposto por meio da luta contra o Estado e não por meio de um acordo entre governo, empresários e burocracia sindical, como esse que se processou no Fórum Nacional do Trabalho.

### **PSTU e a legalização da Conlutas**

O PSTU afirma que é favorável à legalização das Centrais pelo Estado. Discorda da forma como foi feito o projeto de lei e enumera os motivos: critica critérios que dificultam a legalização das centrais pequenas, a função do Ministério do Trabalho de aferir a representatividade das centrais, a redação confusa do inciso II do artigo primeiro que poderia dar a entender que as Centrais podem negociar em nome dos trabalhadores, a participação das centrais em fóruns tripartites e os 10% do imposto sindical que irão para as centrais.

Esclarece a situação da Conlutas. Diz que está em condições de atender as exigências do projeto lei pelo número de sindicatos filiados. E conclui: “temos dúvida apenas se atingimos 7% do total de trabalhadores associados a sindicatos no país”. Mas informa que a Conlutas já está registrada no Ministério do Trabalho (MTE).

Em relação ao imposto sindical, o PSTU afirma que não receberá, nem utilizará para financiamento da Conlutas, os 10% do imposto sindical. Mas, diante do problema onde deixar o dinheiro, chegou à conclusão de que a Conlutas pode “servir como intermediária para devolver os recursos para os sindicatos”.

Tudo indica que o PSTU recorrerá ao projeto lei para pedir o reconhecimento da Conlutas. O primeiro passo já foi dado com o registro no MTE. Sobre o imposto sindical, já encontrou o paradeiro: seus próprios sindicatos.

Não por acaso o POR denuncia o rompimento aparelhista do PSTU com a CUT. Tudo girou e gira em torno da Reforma Sindical.

## Rio Grande do Norte: Diretor do CCHLA reprime estudantes de ciências humanas

O diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFRN, Marcio Valença, baixou um “decreto” proibindo a venda de livros usados no corredor do setor II (setor dos cursos de humanas) e o jogo de peteca. O argumento do diretor é que o “sebo” obstaculizava o trânsito do corredor. E que o jogo de peteca fazia barulho, atrapalhando as aulas.

Na realidade, nada disso é verdade. O “sebo” funcionava em um espaço restrito do corredor, não impedindo, de nenhuma forma, o trânsito normal dos colegas estudantes do setor. E em relação ao jogo de peteca, não havia reclamação de nenhum professor.

Mesmo os estudantes de artes que tentaram fazer uma performance em comemoração a poesia de Jorge Fernandes, no intervalo (15min), enfrentaram a proibição do diretor. Funcionários terceirizados e policiaiscos (com armas na cintura) colocaram obstáculos nas atividades dos estudantes, desarmaram o cenário e somente com muito custo, devido a insistência dos estudantes, permitirem a intervenção artística.

A determinação do diretor do CCHLA tem como objetivo impedir qualquer manifestação, organização e expressão dos estudantes de humanas. Como verdadeiro membro da burocracia universitária, pretende reprimir o desenvolvimento da organização livre dos estudantes. Seu objetivo é tutelar e assim, com atitudes de repressão “preventiva”, cortar qualquer iniciativa dos estudantes.

Em outros setores da universidade, como o setor I, onde funcionam cursos como de direito, dentre outros por exemplo, o setor IV, onde funcionam cursos de arquitetura, engenharias etc e no Biociências, onde os estudantes de medicina e outros freqüentam as aulas, não possuem a presença ostensiva dos policiais “funcionários”. Esta repressão está sendo seletiva.

Os estudantes de humanas precisam responder a este ato de autoritarismo, pondo abaixo o decreto do diretor, juntamente com toda a burocracia universitária. A derrubada da burocracia universitária é uma necessidade para a vitória da democracia nas universidades. Neste momento, esta necessidade se expressa na transformação do decreto do burocrata universitário Marcio Valença em letra morta.

**ABAIXO A REPRESSÃO!!!**

**ABAIXO O DECRETO DE MARCIO VALENÇA E TODA A BUROCRACIA UNIVERSITÁRIA (PELA DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIA)!!!**



## Rio Grande do Norte

# Balanço da greve dos trabalhadores em educação

### Passo a passo

A direção estadual tentou segurar a greve até o último momento. O objetivo era não se chocar com o governo, aliado do PT/PCdoB. Desde o início do ano, a categoria já não agüentava mais a situação de miséria em que se encontrava e uma parte dos trabalhadores queria ir à greve. No entanto, os métodos utilizados pela burocracia PT/PCdoB nas assembleias era levar a categoria ao distracionismo. Eram paradas para pressionar deputados, paradas toda semana para sensibilizar o governo, visita aos gabinetes dos deputados, enfim métodos que não levavam a nada. A cada assembleia eram mais manobras para não aprovar a greve. As próprias votações expressavam o desejo de lutar que estava contido na categoria.

As assembleias não contavam com a presença massiva da base das regionais e somente os coordenadores davam informe da “desmotivação” para ir para uma greve.

A pauta de reivindicação apresentada pela direção, negava um dos pontos principais, que era o reajuste salarial. A direção teve de trazer o DIEESE para explicar que a aprovação do plano de cargos significou reajuste salarial para os professores. O que não convencia, pois os direitos mínimos do plano, como as promoções, o governo vinha descumprindo. Como vemos, não precisava o governo tentar se explicar, a própria direção se encarregou de defendê-lo, inclusive chamando atenção para os “limites prudenciais” que o governo não poderia ultrapassar, caso aprovássemos uma proposta de percentual de reajuste.

### Qual o momento que a direção defendeu a greve?

Dois motivos levaram a direção a defender a greve. Primeiro que não dava mais para segurar o desejo da categoria de aprovar a greve e, para que a direção não ficasse mais desgastada ainda, precisava aparecer como defensora da greve, mas com seus próprios métodos. O segundo motivo foi a disputa pela prefeitura de Natal, que levou o PT a tentar guiar a greve unicamente contra a secre-

tária de educação, com o objetivo de atingir o Rogério Marinho, provável opositor de Fátima à prefeitura.

Esses métodos só vêm provar para os trabalhadores em educação que não podemos cruzar os braços diante de uma direção que leva toda uma categoria para seus próprios anseios políticos eleitorais. A nossa direção, que é aliada da governadora, não esperava que esta respondesse com tanta repressão ao movimento, inclusive retirando a disponibilidade dos dirigentes sindicais e ameaçando-os de demissão, caso não voltassem ao trabalho.

### O que os trabalhadores em educação enfrentam depois da greve

Após a greve, sem ganhos reais para os trabalhadores, o governo continua seus ataques. Não bastou toda repressão que desfechou, o governo tenta impor um calendário letivo que vai até fevereiro, com um único objetivo de desmoralizar a categoria, de fazer com que os pais e estudantes fiquem contra o movimen-

to. Na verdade, o que Vilma de Faria (PSB) tem feito é apenas reproduzir a política do governos Lula/PT. Em entrevista, a governadora afirma está arrependida de ter votado quando era deputada no direito de greve. Se fosse hoje seria contra, pois a greve tem prejudicado os serviços públicos. No entanto, não responde quem é verdadeiramente responsável pelas verbas escassas, pela falta de merenda, pela falta de laboratório, pela falta de carteiras, enfim pelo sucateamento da escola pública.

Recentemente, a governadora Vilma criou a figura do inspetor, que são coordenadores que vigiam um bloco de escolas. Cargo que só teve vez na época da ditadura militar.

A derrota sofrida pela categoria foi com o aval dos deputados do PT Fernando Mineiro e Fátima Bezerra, que diziam ter forças para intermediar a negociação. Com isso, desprezou a força coletiva dos trabalhadores em detrimento de negociações de cúpula que não deram em nada.

### Qual a saída para os trabalhadores?

Temos uma direção traidora que não tem disposição de enfrentar o governo. Uma direção que fica acuada frente à política do governo federal, que é a mesma da governadora Vilma. As várias greves que enfrentamos saímos sem conquistas. Então o que fazer? A resposta dos trabalhadores é a construção de uma frente de oposição que tenha como objetivo a unidade. Para isso, é necessário que conquistemos todos aqueles insatisfeitos com a política da direção para que se incorporem à luta. Não podemos assumir o discurso de que não adianta mais lutar, pois esse discurso só favorece o governo e a própria direção.

Temos de construir uma oposição que tenha disposição de ir às bases resgatar as discussões políticas na categoria, debater a política nefasta dos governos frente à educação. Diante disso, fazemos um chamado aos companheiros a conhecer e discutir com a Corrente Proletária na Educação e discutir conosco nas nossas plenárias.



*Professores municipais de São Paulo se mobilizaram, mas não conseguiram chegar à greve unitária*

Extraído do boletim da regional Rio Grande do Norte:

## Governo Lula/PT leva a educação à privatização

Em nível nacional, a educação está sendo o foco do governo, haja vista que vários projetos se voltam para implementação de reformas no setor educacional como o PDE, Fundeb, Prouni etc.

Com isso, o governo Lula/PT utiliza-se do discurso de que para uma “uma educação de qualidade” precisa-se implementar corretamente tais políticas. A imprensa tem religiosamente mostrado a saída para a crise no serviço público, que é a defesa da privatização das escolas. Para esta defesa ganhar corpo, a imprensa defende que “se moralize este serviço”, iniciando com um processo criterioso de avaliação dos profissionais da educação. O que significa que, se as escolas não funcionam, o problema é de mau gerenciamento, falta de compromisso, falta de capacidade dos profissionais etc.

Como a política do governo Lula/PT não é diferente, este somente tende a avançar com o processo de punição aos trabalhadores em educação pelas péssimas condições da escola pública. Se o aluno não consegue aprender, o problema está na forma como estes conteúdos são repassados. E a isto se aplica o Prova

Brasil, Provinha Brasil, Enem, Saeb, enfim, várias formas de avaliação, as quais muitas vezes o professor passa a defender, sem perceber que está colocando a corda no seu próprio pescoço, pois a crise educacional não tem solução com métodos “inovadores” criados nos gabinetes da burocracia pedagógica.

Em São Paulo, a política de terceirização dentro das escolas tomou corpo até no setor de merenda, e as merendeiras (terceirizadas) são premiadas pela empresa se economizarem merenda. O que penaliza brutalmente os estudantes, que recebem a merenda pela metade. O governo do RN, seguindo esta linha de privatização, criou o programa “Adote uma Escola”, claro favorecimento ao empresariado, em que este será isento de impostos para “ajudar” a escola pública.

O governo federal já pensa em adotar o Bônus Educação, que é o dinheiro pago ao estudante para que invista na sua educação, em uma escola privada. Isto significa ou não a tentativa de destruição da educação pública? Uma educação que foi sucateada, destruída e que agora o governo coloca para que o aluno deci-

da onde quer estudar: se na escola pública, nestas condições, ou na escola privada, que aparentemente é a que funciona.

A educação tem retrocedido a cada dia. Recentemente, a burguesia condenou livros didáticos, “que trazem propaganda ideológica”, pois criticam os Estados Unidos, falam de Cuba, da falsa independência do Brasil, os males do capitalismo, enfim é a volta de métodos da ditadura militar, que não dava liberdade para o professor e o aluno questionarem sobre o regime imposto.

Os trabalhadores em educação têm de responder a esse ataque, primeiro construindo direções independentes ao governo, pois o que temos visto é, desde a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) até a nossa direção estadual, burocracias dependentes da política imposta pelo governo Lula/PT, o que tem impossibilitado qualquer luta dos trabalhadores. Construir a oposição dentro destas organizações, defendendo sindicatos combativos e independentes dos governos.

### Ceará:

## Jornada de lutas no Ceará não consegue combater os governos e burocracia estudantil

A jornada nacional de lutas em defesa da educação pública ocorrida de 20 a 24 de agosto foi convocada conjuntamente por vários setores do movimento, entre eles entidades estudantis como a UNE e a CONLUTE, do movimento popular, como o MST, o MAB, além de sindicatos. No Ceará, estavam marcadas atividades para os dias 21, 22 e 23/08 sendo que o eixo das mobilizações convergiria para a UECE, que editou a Resolução 199, via governo, legalizando as fundações privadas nas universidades estaduais.

Embora tenham sido acordados 18 pontos entre as entidades que construíram a *Jornada*, entre elas a defesa o Passe livre estudantil, esta não se colocou contra a Reforma Universitária do governo. No Ceará, os pontos se ampliaram para

as reivindicações específicas dos cursos, além das lutas mais gerais dos campi.

### Uma jornada sem mobilizações

É importante assinalar a importância de uma Jornada de lutas frente a atual conjuntura, que é de ofensiva dos governos sobre o ensino superior público. Porém, uma jornada não se constrói apenas com bandeiras, embora aparentemente avançadas, mas exprimindo as reivindicações mais sentidas dos estudantes, o que não ocorreu. A jornada não pôde, por isso, fazer um combate conseqüente. Dessa maneira, denunciamos a ação da burocracia que mobilizou os estudantes para estes atos de fachada.

No Ceará, a mobilização da UFC contou apenas com as burocracias da UNE, sendo bastante esvaziada. Na UECE, mesmo com um ataque aberto à Universidade, via resolução 199, não houve uma mobilização massiva dos estudantes, embora estes tenham ocupado a Reitoria (que nunca ofereceu resistência). Nesta universidade, a mobilização contou com um número reduzido de estudantes do campus do Itaperi.

A tarefa do próximo período consiste em organizar os estudantes em torno de suas reivindicações e avançar na defesa da Universidade Pública. Tal tarefa coloca na ordem do dia, a partir da crítica das atuais direções estudantis, avançar na construção da Corrente Proletária Estudantil, como fração revolucionária nas universidades.



## Congresso da Apeoesp

A Corrente Proletária na Educação participa do Congresso com a Tese 5. Inicia o documento dizendo:

### De que congresso necessitamos?

Os congressos da Apeoesp não têm servido para armar o professorado contra a política de destruição do ensino público e de precarização das condições de trabalho. Ao contrário, são usados para apoiar o PT e o governo Lula. A burocratização é grande e a maioria dos delegados é constituída de seguidores cegos à orientação do setor majoritário da diretoria. Não há democracia para a eleição de delegados nas escolas, as atas são manipuladas pela cúpula dirigente e, nos encontros regionais que servem de filtro, sequer há proporcionalidade direta. A aprovação da tese-guia (da diretoria) dá o rumo a todo o congresso. É um congresso antidemocrático. Depois de ter a garantia da aprovação de sua tese, a Articulação e seus aliados se incumbem de fazer do congresso uma grande festa. A diretoria paga convidados (palestrantes) para ocuparem as tribunas e reforçarem a política da burocracia. As reuniões de grupos são despolitizadas e os resultados não alteram as votações de plenário. Os atritos, que por ventura surjam sobre um ou outro ponto da tese-guia, como demonstraram os congressos anteriores, não modificam o apoio de correntes, como a do PCdoB, Artnova etc, às posições da Articulação/PT. Um congresso dessa natureza é inofensivo ao governo do estado e valoroso à governabilidade de Lula.

Os professores necessitam de um congresso democrático, onde os delegados são eleitos diretamente nas escolas por meio de posições políticas. Um congresso para aprovar resoluções de organização e ação contra as reformas, que vêm destruindo a escola pública e a vida dos assalariados do ensino. Um congresso assentado na independência do sindicato em relação aos governos e ao Estado. Um congresso primado na democracia operária. Um congresso que se coloque pela unidade dos explorados contra os governos e a classe capitalista. Um congresso que aprove as reivindicações vitais e trabalhe para potencializar a luta de classe.

A militância consciente tem a tarefa rejeitar o congresso antidemocrático e trabalhar para pôr em pé um congresso que o professorado necessita. A Corrente Proletária participa do congresso denunciando a política da direção e defendendo a política revolucionária. A tese da Corrente Proletária é a defesa do programa da classe operária para a educação.

Publicamos abaixo um resumo dos principais pontos da tese 5.

### 1. O fracasso escolar

Os governos têm constatado o fracasso da educação em nosso país. Em todos os níveis, as avaliações externas apontam para a repetência, a evasão e a não assimilação, por parte dos alunos, de conteúdos mínimos de aprendizagem. A responsabilidade recai sobre os professores, pais, direções escolares e estudantes. Todos os governos omitem que esse fracasso é fruto de um conjunto de políticas aplicadas a partir da década de 90, com inspiração nas diretrizes do Banco Mundial, as quais visavam “alfabetizar cada vez mais, gastando cada vez menos”. Foram os anos da LDB, do Plano Decenal, dos Ciclos e de um infinidade de leis e projetos, que, na prática, contribuíram para o sucateamento das escolas, cuja infra-estrutura já era precária, para o arrocho salarial, uma vez que os reajustes foram substituídos por bonificações e gratificações de toda espécie e para o aprofundamento da crise na educação.

Abrimos 2007 com o fracasso estam-

pado nos jornais e o anúncio de mais reformas que tendem a destruir ainda o que restou do ensino público. Lula anuncia o PDE (Plano de Desenvolvimento de Metas), e Serra anuncia as “Dez Metas para Educação”. Em essência, os governos têm a mesma política: aumentam o controle sobre as escolas e sobre o trabalho dos trabalhadores da educação, enxugam gastos e entregam o que podem à iniciativa privada. Em suma: o fracasso escolar que é produto de Reformas anteriores dá lugar a outras Reformas. Todas levam à agudização da crise educacional, que se materializa na piora das condições de trabalho e ensino. É preciso compreender a crise educacional e lutar contra ela. É necessário responder a esses ataques dos governos, impedindo-os de aplicarem novas Reformas.

**TEMOS DE VOTAR CONTRA O PDE E CONTRA “AS DEZ METAS DA EDUCAÇÃO”;**

**A FAVOR DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, E PARA TODOS.**

### 2. Centralização e Mercantilização: duas faces da mesma moeda

Como justificam que o fracasso escolar é “culpa” dos trabalhadores da educação, os governos buscam implementar medidas de maior centralização do trabalho realizado nas escolas. Aumentam os dispositivos para punir os “maus” trabalhadores. Diretores, coordenadores, professores, funcionários que não se adequam à maior ingerência do Estado sobre as escolas, são punidos com sanções disciplinares, são perseguidos. A proclamada “liberdade de cátedra” cai por terra quando todos os anos os professores são obrigados a realizarem os “projetos” organizados pelas diretorias de Ensino, quando necessitam se adaptar aos cursos, palestras, e toda parafernália que as DE’s usam para ocultar os reais problemas da Educação. Além disso, a repressão aos professores que participam das atividades políticas é aberta. Os trabalhadores da educação não podem se manifestar contra as medidas im-

postas, devem somente “adaptar-se”. O ápice dessa centralização está sendo anunciada agora com a aprovação de leis que querem demitir mesmo funcionários públicos concursados que não apresentarem “desenvolvimento satisfatório”: são as avaliações-desempenho – que aparecem nos projetos do governo federal (PDE de LULA) e do governo estadual (no “Plano de Metas” de Serra). Para destruírem ainda mais a educação pública, os governos são obrigados a reprimir os opositores.

A outra face dessa destruição, contra a qual os professores devem se levantar, é a crescente mercantilização do ensino. O Estado, com o intuito de apoiar setores capitalistas, permite e apóia financeiramente toda forma de ensino privado: colégios e faculdades são abertas todos os dias com o incentivo fiscal dos governos. O crescimento vertiginoso do Ensino Superior privado só foi possível com o auxílio dos Governos federal (veja-se o PROUNI, a não taxação de faculdades confessionais, etc). Assim, enquanto o ensino público, em todos os níveis, vive às minguas, os capitalistas da educação nadam em dinheiro público.

**TEMOS DE VOTAR CONTRA A AVALIAÇÃO-DESEMPENHO;**

**CONTRA A EXISTÊNCIA DO ENSINO PRIVADO QUE DESTRÓI O PÚBLICO (ESTATIZAÇÃO DE TODA REDE PRIVADA, SEM INDENIZAÇÃO)**

**A FAVOR DA AUTONOMIA DAS ESCOLAS.**

**POR UMA ÚNICA REDE DE ENSINO PARA TODOS.**

### **3. Municipalização: desemprego para a categoria**

O Banco Mundial impôs a municipalização ao governo FHC, que criou o FUNDEF. O Governo Lula, manteve-a, dando continuidade com o FUNDEB. Ambos os fundos não aumentaram as verbas para educação, que continuam na casa dos 4% do PIB, desde a década de 90. O fracasso escolar também é resultado da municipalização. As prefeituras engordaram suas receitas à custa da des-

truição das séries iniciais. Conseqüência para as crianças, tragédia para os professores. Em todo o interior de São Paulo, por exemplo, há centenas de PEB’s I adiados nas diretorias de ensino. Os que não eram concursados foram demitidos definitivamente. É preciso combater os fundos e a municipalização que os acompanha.

**TEMOS DE VOTAR PELO FIM DA MUNICIPALIZAÇÃO!**

**PELO FIM DAS DEMISSÕES!**

**A FAVOR DA ESTABILIDADE PARA TODOS OS PROFESSORES**

**(CONFORME JÁ APROVADO EM ASSEMBLÉIA EM 2005)**

### **4. A resposta à crise educacional deve ser proletária**

No congresso, haverá duas posições sobre a crise da educação, em torno das quais outras posições variantes aparecerão. A primeira, dominante, afirma que o problema da educação é um problema “em si”: tem a ver com a organização da escola, com a construção de uma “educação global, includente”, com as pedagogias e métodos aplicados, etc. Essa é a posição da Articulação e outras correntes que vê a escola descolada da base material da sociedade, isto é, desconhece qualquer explicação que parta do funcionamento mesmo do modo de produção capitalista. Acha que é possível mudar a escola e fazê-la “instrumento” de “igualdade” para os trabalhadores, sem ter que, para isso, mudar completamente a sociedade que criou essa escola. Ao contrário, diz que acredita que a escola de classe, que reflete a divisão da sociedade, pode ela mesma ajudar a dar um “desenvolvimento sustentável” para o país. Desse ponto de vista, entende a crise da educação em nosso estado, em nosso país, no mundo, como um problema de “administração”. Por isso, essa posição defende com unhas e dentes a participação em todos os fóruns dos governos e, quando chega a ser governo, como agora, busca aplicar suas “fórmulas” para resolver a tal crise. Conclui, como a maioria dos governos e das políticas educa-

cionais, dando continuidade à escola de classe, reproduzindo-a, sem resolver suas graves contradições.

A segunda posição, que é a nossa, da Corrente Proletária, parte do entendimento que a escola faz parte do modo de produção capitalista, das relações sociais capitalistas. Não têm uma existência separada. Quando o próprio sistema capitalista entra em crise, como atualmente, a escola reflete essa crise em seu interior. Sem poder ser um elemento de desenvolvimento, torna-se mecanismo de embrutecimento e reprodução ideológica da própria sociedade. Em vez de tentar superar, aprofunda a divisão entre teoria e prática, reproduz a repressão e violência disseminadas pela sociedade e busca artificialmente domesticar e ocultar o desemprego e subemprego que marcarão a vida das massas empobrecidas que, por ela, passam durante anos. A escola que temos hoje é a escola de classe na sua pior faceta e que continua a ser destruída ainda mais pelos governos burgueses.

A resposta para resolver essa crise da educação deve, portanto, considerar a escola que temos hoje, defendendo os que nela estudam e trabalham: as crianças e juventude, bem como os trabalhadores da educação, e apontar para a construção da nova escola, na qual se conjugará teoria e prática, e que só nascerá também da luta pela construção de uma nova sociedade, a socialista.

**TEMOS DE VOTAR CONTRA A FARSA DA ESCOLA INCLUSIVA;**

**CONTRA A DESTRUIÇÃO FÍSICA E MENTAL DE NOSSA JUVENTUDE, EMBRUTECIDA PELO DESEMPREGO E SUBEMPREGO;**

**A FAVOR DA ESCOLA VINCULADA À PRODUÇÃO SOCIAL;**

**A FAVOR DA BANDEIRA DE 4 HORAS NO TRABALHO E 4 HORAS NA ESCOLA PARA A JUVENTUDE (NENHUM JOVEM SEM TRABALHO E SEM ESTUDO);**

**EM DEFESA DE UMA NOVA ESCOLA, QUE SERÁ FRUTO DE UMA NOVA SOCIEDADE (PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA).**

**Foz do Iguaçu (PR): governo Requião persegue professores. Pelo fim da perseguição a professores e funcionários no Colégio Barão do Rio Branco! Retorno imediato dos afastados ao colégio!**

## Metalúrgicos - ABC

# Nenhuma Cobrança de Imposto de Renda sobre os salários

O Imposto de renda rouba grande parte dos salários dos trabalhadores do país. Na Volks e demais montadoras, quem pagava 15% de Imposto, agora com o reajuste de 7,44% da campanha salarial, passou a pagar 27,5%. O reajuste, como sabemos, é bem menor que o aumento que houve no preço das mercadorias e serviços, mesmo assim ele foi todo para o governo através da cobrança do imposto de renda. Em primeiro de setembro, os trabalhadores achavam que com o reajuste teriam um aumento em seus salários. No entanto, quando abriram sua folha de pagamento, no dia 20 de setembro, os trabalhadores perceberam que seu salário estava menor que o recebido no dia 20 de agosto. Os trabalhadores estão revoltados e com razão. Lembram que o presidente do sindicato Feijóo disse que esse reajuste era o melhor acordo do país? Como vimos, é o melhor acordo para o governo, que levou tudo. Os trabalhadores não viram nem a cor da migalha de reajuste.

A correção da tabela do Imposto de Renda se encontra defasada em mais de 64%. A direção do sindicato e a CUT, ano passado, para fazer uma média e tentar disfarçar seu apoio ao governo, fizeram uma passeata a Brasília exigindo a correção na tabela do imposto de renda. Quando chegaram em Brasília, se reuniram com o governo e fizeram um acordo para corrigir a tabela em 4,5%. Não adiantou nada. Pois a tabela continua defasada em mais de 64%.

Esse ano pretendem fazer a mesma média. No final, os trabalhadores continuarão sendo roubados pelo imposto de renda.

Com a CPMF não é diferente. FHC criou a cobrança do imposto dizendo que era pra usar na área de saúde. A saúde nunca recebeu um centavo. O governo Lula, juntamente com sua "base aliada" (PSDB, PMDB, DEM, PCdoB, etc), fizeram um acordo e prorrogaram a cobrança do imposto até 2011. Lula disse que é impossível governar sem os 52 bilhões da CPMF. O mesmo diz do Imposto de renda e todos os outros impostos cobrados da população. Os trabalhadores trabalham 4 meses do ano para pagar

impostos. E para onde vai todo esse dinheiro dos impostos? Para financiar os capitalistas que têm isenção em seus impostos e empréstimos financiados a baixos juros (veja o exemplo das indústrias, que tiveram R\$ 37 bilhões de subsídios), o pagamento das dívidas interna e externa, para a corrupção, para manter os altos salários e aposentadorias dos juizes, deputados, senadores, militares e demais ladrões que estão no poder do Estado. O Estado é governado por uma quadrilha de ladrões que administram e defendem os interesses da burguesia (latifundiários, industriais e banqueiros).

Conclusão: O governo Lula é Burguês e juntamente com os demais partidos atacam a vida das massas. A direção do sindicato defende os interesses dos patrões e do governo.

Diante dessa situação aos trabalhadores só existe uma saída:

- Construir uma nova direção para os sindicatos. Precisamos construir as comissões de fábricas de luta, independente dos patrões e do governo em todas as empresas. Uma comissão de fábrica revolucionária que defenda:
- Correção da tabela do imposto de renda e o fim da cobrança de impostos sobre os salários que os capitalistas sustentem seu Estado.
- Salário mínimo vital a todos os trabalhadores, que em nossos cálculos deve ser de no mínimo R\$ 2.500.
- Emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessária para produzir entre todos os trabalhadores empregados e desempregados, sem redução nos salários.
- Contra as demissões, ameaça e fechamento das fábricas, defender o controle operário da produção.

O método é o da ação direta, greve, ocupação das fábricas, manifestações de rua, como única forma de impor as reivindicações.

## Ceará:

# Greve dos Têxteis de Maracanaú

Entre julho e agosto deste ano, trabalhadores têxteis de Maracanaú entraram em greve reivindicando 8% de reposição salarial e piso de R\$ 412. A campanha salarial foi unificada em âmbito estadual; todavia o Sinditêxtil, ligado à força sindical, juntamente com a CUT, fez poucas assembleias e quase nenhuma panfletagem nas fábricas que pudesse defender a mobilização e para-

lisação temporárias como forma de pressionar o patrão e preparar a greve da categoria. Os patrões ofereceram 3,44% e se recusaram a negociar. O Sinditêxtil chamou a greve apenas na unidade I da Vicunha, que durou 3 dias e não teve a adesão do turno da manhã. Fracassada a greve na Vicunha, o Sinditêxtil fez piquete e paralisou a fábrica União Têxtil por 13 dias. O resultado foi

uma convenção coletiva onde as partes discutirão o reajuste. As direções (Força e CUT) se colocaram contra uma greve unitária, embora houvesse disposição de luta da categoria, e defenderam uma pauta rebaixada que não incluía sequer melhorias na sexta básica, férias integrais entre outras. Fica colocada a tarefa de criar uma fração revolucionária nos têxteis e avançar na luta.

Lutar pelo salário mínimo real de R\$ 2.500,00 e pela escala móvel de horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho em nível nacional por todos os trabalhadores aptos), só assim se acabará com a fome e com o desemprego.



# 90 anos da Revolução Russa



*Nos 90 anos da Revolução Russa, o POR realiza atividades em suas regionais para ressaltar a vigência da teoria do socialismo científico e da organização leninista do partido, que tornou possível a realização da tomada do poder pelo proletariado na Rússia*

## Curso de Formação Marxista

O POR (Partido Operário Revolucionário) realiza o Curso de Formação Marxista com o objetivo de resgatar o valor histórico que teve a Revolução Russa para a classe trabalhadora.

Em meio a uma conjuntura onde a burguesia mantém seu poder político sobre os trabalhadores e difunde que a Revolução Russa fracassou, o POR convoca a você trabalhador, estudante e todos aqueles oprimidos a participarem conosco deste encontro em homenagem aos 90 anos da Revolução.

Contamos com sua presença!

13/10/2007 – Ceará-Mirim – RN

## 90 anos da Revolução Russa

### O caráter da revolução russa

Por Leon Trotsky

Este texto, extraído do livro “A luta pelo poder”, trata do tema mais central na discussão programática que antecedeu a revolução de 1917: o caráter da revolução e o papel do proletariado.

Os escribas e políticos liberais, socialistas-revolucionários e mencheviques preocupam-se muito com a significação sociológica da Revolução Russa. Será uma revolução burguesa ou qualquer outro tipo de revolução? À primeira vista, esta teorização acadêmica pode parecer um tanto enigmática. Os liberais não têm nada a ganhar ao revelarem os interesses de classe que estão por detrás da “sua” revolução. Quanto aos “socialistas” pequeno-burgueses, em geral, eles não utilizam a análise teórica na sua atividade política, mas preferem invocar o “senso comum”, ou seja, a mediocridade e a ausência de princípios. A verdade é que a opinião de Milioukov-Dan, inspirada por Plekhanov, sobre o caráter burguês da Revolução Russa não contém

uma única pitada de teoria. Nem *Yedinstvo*, nem *Rietch*, nem *Dien*, nem a *Rabotchaia Gazeta* quebram a cabeça para definir bem o que entendem por revolução burguesa. O objetivo das suas manobras é puramente prático, trata-se de demonstrar o “direito” da revolução burguesa para exercer o poder. Mesmo se os soviets representam a maioria da população politicamente formada, mesmo se em todas as eleições democráticas, na cidade e no campo, os partidos capitalistas foram ultrapassados por larga margem, “dado que a revolução tem um caráter burguês”, é necessário preservar os privilégios da burguesia e dar-lhe no governo um papel que a configuração dos grupos políticos no país não lhe dá absolutamente direito. Se devemos agir

de acordo com os princípios do parlamentarismo democrático, é evidente que o poder pertence aos social-revolucionários, quer estejam sozinhos ou aliados com os mencheviques. Mas, como “a nossa revolução é uma revolução burguesa”, os princípios da democracia estão suspensos e os representantes da esmagadora maioria do povo recebem cinco pastas no governo, enquanto os representantes de uma ínfima minoria obtêm duas vezes mais. Que vá para o diabo a democracia! E viva a sociologia de Plekhanov!

“Suponho que vocês queriam uma revolução burguesa sem a burguesia?”, pergunta sutilmente Plekhanov, fazendo apelo às idéias de Engels e mesmo à própria dialética.

“É exatamente isso”, interrompe Mi-lioukov. “Nós, os cadetes, estaremos dispostos a abandonar o poder que o povo, com toda a evidência, não nos quer dar. Mas não podemos escapar-nos perante a ciência”. E ele refere-se, claro, ao “marxismo” de Plekhanov como autoridade.

Dado que a nossa revolução é uma revolução burguesa, explicam Plekhanov, Dan e Potressov, devemos definir uma aliança política entre os trabalhadores e os exploradores. E, à luz desta sociologia, a fantochada das ameaças físicas entre Boublikov e Tseretelli revela-se em toda a sua significação histórica.

Denota-se um certo dissabor, que é mesmo próprio do caráter burguês da revolução, que serve agora para justificar a coligação entre os socialistas e os capitalistas, a qual, durante um bom par de anos, foi considerada por esses mesmos mencheviques como conduzindo a conclusões diametralmente opostas. Dado que numa revolução burguesa, gostavam eles de dizer, o governo no poder não deve ter outra função que não seja a de salvaguardar a dominação da burguesia, é claro que o socialismo nada tem a ver com isso, o seu lugar não é no governo, mas no seio da oposição. Plekhanov considerava que os socialistas não podiam *sob nenhuma condição* participar num governo burguês e atacou violentamente Kaustski, cuja firmeza admitia, neste ponto, certas exceções. “Tempora legesque mutantur”<sup>1</sup>, diziam os políticos saudosos do antigo regime. E parece que será também o caso para as “leis” da sociologia de Plekhanov.

Pouco importa a contradição entre as opiniões dos mencheviques e do seu líder Plekhanov, porque, quando se comparam as suas declarações antes da revolução com as de hoje, um único pensamento domina as duas fórmulas: não se pode fazer uma revolução burguesa “sem a burguesia”. À primeira vista, isto pode parecer muito evidente, mas trata-se apenas de um grande disparate.

A história da Humanidade não começou com a conferência de Moscou. Houve algumas revoluções antes. No fim do século XVIII, houve na França uma revolução, que se designa, com toda a razão, como a “Grande Revolu-

ção” e que era uma revolução burguesa. No decurso de uma das suas fases, o poder caiu nas mãos dos jacobinos, que eram apoiados pelos “sans-culottes”, ou seja, pelos trabalhadores semi-proletários das cidades e que interpueram entre si e os girondinos o evidente retângulo da guilhotina. Mas apenas a ditadura dos jacobinos deu à Revolução Francesa a sua importância histórica, fazendo dela a “Grande Revolução”. E, no entanto, essa ditadura foi instaurada não apenas *sem* a burguesia, mas ainda *contra* ela e contra a sua própria vontade. Robespierre, que não pôde iniciar-se nas idéias de Plekhanov, substituiu todas as leis da sociologia e, em vez de apertar a mão aos girondinos, cortou-lhes a cabeça. Isso era cruel, sem dúvida, mas essa crueldade não impediu que a Revolução Francesa se tornasse a “Grande Revolução”, dentro dos limites do seu caráter burguês. Marx, em nome de quem se cometem hoje no nosso país tantos disparates, disse que “o terrorismo francês no seu conjunto não foi mais que uma forma *plebéia* de acabar com os inimigos da burguesia”<sup>2</sup>. E, como essa burguesia tinha muito medo desses métodos plebeus para acabar com os inimigos do povo, os jacobinos não privaram a burguesia apenas do poder, mas aplicaram-lhe ainda uma lei de ferro e de sangue cada vez que ela fazia qualquer tentativa para deter ou “moderar” o trabalho dos jacobinos. É claro, portanto, que os jacobinos cumpriram e realizaram uma revolução burguesa sem a burguesia.

A propósito da revolução inglesa de 1648, Engels escreveu. “Para que a burguesia pudesse recolher todos os frutos chegados à maturidade, bastava que a revolução ultrapassasse de longe os seus primeiros objetivos, como foi novamente o caso da França em 1793 e da Alemanha em 1848. Reside aí certamente *uma das leis da evolução da sociedade burguesa*”<sup>3</sup>. Vemos que a lei de Engels é diametralmente oposta à da construção engenhosa de Plekhanov adotada pelos mencheviques e espalhada por toda a parte como sendo do marxismo.

Claro, pode objetar-se que os jacobinos pertenciam eles mesmos à burguesia e à pequena burguesia. Isso é realmente verdade. Mas não será também o caso da pre-

tensa “democracia revolucionária” dirigida pelos socialistas-revolucionários e mencheviques? Entre o partido cadete, que representa os interesses dos maiores ou menores proprietários, e os socialistas-revolucionários, não houve nenhum partido intermediário, em nenhuma eleição, fosse na cidade ou no campo. Deduziu-se daí, com uma certeza matemática, que a pequena burguesia teria encontrado a sua representação política nas fileiras dos socialistas-revolucionários.

Os mencheviques, cuja política não difere em nada dos socialistas-revolucionários, refletem os mesmos interesses de classe, mas isto não está em contradição com o fato de serem também apoiados por uma fração dos trabalhadores mais atrasados e mais conservadores e privilegiados. Por que é que os socialistas-revolucionários se mostraram incapazes de assumir o poder? Em que sentido e por que é que o caráter “burguês” da Revolução Russa (se se supõe que é esse o caso) obrigaria os socialistas-revolucionários e os mencheviques a substituir os métodos plebeus dos jacobinos pelo processo bem elevado de um acordo com a burguesia contra-revolucionária? Claro, é preciso procurar essa razão não no caráter “burguês” da nossa revolução, mas no caráter lamentável da nossa democracia pequeno-burguesa. Em vez de utilizar o poder que tem na mão como órgão da realização das exigências essenciais da História, a nossa democracia fraudulenta tem passado respeitosamente todo o poder real para a “claque” contra-revolucionária e militar-imperialista, e Tseretelli, na conferência de Moscou, pôde mesmo vangloriar-se pelo fato de os soviets não abandonarem o poder à força, após a sua derrota numa luta corajosa, mas por sua plena vontade, como prova de auto-apagamento político. Porém, não é com a docilidade do veado que estende o pescoço para o cutelo do carrasco que se podem conquistar novos mundos.

A diferença entre os terroristas da Convenção e os capitulados de Moscou é a diferença que existe entre os tigres e os veados: apenas uma diferença de coragem. Mas tal diferença não é fundamen-

1 “Os tempos e as idéias mudam”. (N. do T.).

2 Marx, *Burguesia e Contra-revolução*, artigo publicado em 15 de Dezembro de 1858.

3 Engels, *Socialismo Utópico e Socialismo Científico, Estudos Filosóficos*. Ed. portuguesa da Editorial Estampa Lisboa. (N. do T.).

tal, não faz mais que disfarçar uma outra diferença decisiva no plano da própria democracia. Os jacobinos encontravam a sua base nas classes dos pequenos proprietários ou não-proprietários, incluindo o embrião de proletariado que então já existia. No nosso caso, o proletariado industrial saiu da democracia imprecisa para ocupar na História uma posição em que exerce uma influência de primordial importância. A democracia pequeno-burguesa perdia as suas qualidades revolucionárias mais importantes à medida que essas qualidades se desenvolviam no proletariado, ao libertar-se da tutela pequeno-burguesa. Este fenómeno foi por sua vez devido ao grau incomparavelmente mais elevado de desenvolvimento capitalista na Rússia em relação à França dos fins do século XVIII. O poder revolucionário do proletariado russo, que não pode de nenhuma forma ser avaliado segundo a sua importância numérica, fundamentou-se sobre o seu poder produtivo imenso que aparece mais claramente que nunca em tempo de guerra. A ameaça de uma greve dos caminhos de ferro lembra-nos novamente, hoje, como todo o país depende do trabalho organizado do proletariado. O partido pequeno-burguês e camponês, logo desde o início da revolução, estava submetido ao fogo cruzado dos grupos poderosos, formados pelas classes imperialistas, de um lado, e o proletariado revolucionário e internacionalista, do outro lado. Na sua luta para exercer uma influência própria sobre os trabalhadores, a pequena burguesia não deixou de se orgulhar do seu "talento para gerir o Estado", mesmo do seu "patriotismo" e mergulhou assim numa dependência servil em relação aos grupos capitalistas contra-revolucionários. Ao mesmo tempo, perdeu toda a possibilidade de liquidar a antiga barbárie que impregnava os setores da população que lhe eram ainda afetos. A luta dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques para influenciar o proletariado cedia cada vez mais o lugar a uma luta do partido proletário para obter a direção das massas semi-proletárias das cidades e das aldeias. Dado que eles transmitiram "de plena vontade" o seu poder para as classes burguesas, os socialistas-revolucionários e os mencheviques

foram obrigados a transmitir integralmente a missão revolucionária para o partido do proletariado. E isso bastou logo para demonstrar que a tentativa para abordar as questões táticas fundamentais por uma simples referência ao carácter "burguês" da nossa revolução pode simplesmente conseguir espalhar a confusão no espírito dos trabalhadores atrasados e iludir os camponeses.

No decurso da Revolução de 1848, na França, o proletariado tinha feito já esforços heróicos para agir de forma independente. Mas não revelava ainda uma teoria revolucionária clara nem uma organização de classe reconhecida. A sua importância na produção é infinitamente menor que a atual função econômica do proletariado russo. De resto, antes de 1848 havia uma outra revolução, que resolveu à sua maneira a questão agrária e daí resultou um isolamento muito nítido do proletariado, sobretudo em Paris, em relação às massas camponesas. A nossa situação a este respeito é infinitamente mais favorável. As hipotecas sobre a terra, as obrigações vexatórias de todo o género e a exploração agressiva da Igreja impõem-se à revolução como problemas inelutáveis, que exigem medidas corajosas e sem compromisso. O "isolamento" do nosso partido em relação aos socialistas-revolucionários e aos mencheviques não significaria de modo nenhum um isolamento do proletariado em relação às massas oprimidas das cidades e dos campos. Pelo contrário, uma oposição política resoluta do proletariado revolucionário perante a pérfida defecção dos atuais dirigentes do Soviete apenas pode provocar uma diferenciação salutar entre os milhões de camponeses, arrancar os camponeses pobres à influência esmagadora dos poderosos mujiques social-revolucionários e fazer do proletariado socialista um autêntico porta-voz da revolução popular e plebéia.

Finalmente, uma simples referência vazia de sentido ao carácter burguês da Revolução Russa não nos diz absolutamente nada sobre o carácter internacional do seu próprio meio. E reside aí um fator de fundamental importância. A grande revolução jacobina encontrou-se confrontada com uma Europa atrasada, feudal e monárquica. O regime jacobino caiu, deixando espaço para o regime bonapartista, sob o peso do esforço so-

bre-humano que foi necessário fornecer para subsistir contra as forças unidas da Idade Média. A Revolução Russa, pelo contrário, encontra diante de si uma Europa que a distanciou muito e alcançou o nível mais elevado do desenvolvimento capitalista. O atual massacre demonstra que a Europa atingiu o ponto de saturação capitalista, que não pode já continuar a viver e a crescer na base da propriedade privada dos meios de produção. Este caos de sangue e de ruínas é a insurreição furiosa das forças caladas e sombrias da produção, é a revolta do ferro e do aço contra a dominação do lucro, contra a escravatura assalariada, contra o miserável impasse das nossas relações humanas. O capitalismo, caído no incêndio de uma guerra que ele mesmo desencadeou, grita à Humanidade pela boca dos seus canhões: "Torna-te vitoriosa ou farei mergulhar-te sob as minhas próprias ruínas quando cair!"

Toda a evolução passada, os milhares de anos de história da Humanidade, das lutas de classes e de acumulação cultural concentraram-se agora no único problema da revolução proletária? Não existe outra resposta e não há outra saída. E é isso que faz a admirável força da Revolução Russa. Não se trata realmente de uma revolução "nacional" e burguesa. Quem assim a compreende mergulha no reino das alucinações dos séculos XVIII e XIX. A nossa pátria no tempo é o século XX. O destino futuro da Revolução Russa depende diretamente do evoluir e do resultado da guerra, ou seja, da evolução das contradições de classes na Europa, às quais esta guerra imperialista confere na verdade uma natureza catastrófica.

Os Kerenski e os Kornilov começaram muito cedo a falar a linguagem dos seus ditadores rivais. Os Kaledine mostraram os dentes muito cedo. O renegado Tseretelli compreendeu muito cedo o sentido do dedo desprezível que lhe apontava a contra-revolução. Até agora, a revolução apenas disse a sua primeira palavra e dispõe ainda de reservas espantosas na Europa Ocidental. Em vez dos apertos de mão dos chefes-de-fila reacionários e dos salamaleques da pequena burguesia, chegará o momento do grande abraço do proletariado russo e de todo o proletariado da Europa.

(*Proletarii*, n.º 8, 22 de Agosto de 1917).



**Nesta edição:**

- Arentina: Corrupção, inflação, entrega e repressão
- Bolívia: Qual foi nosso prognóstico?



# Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

## Argentina

### Corrupção, inflação, entrega e repressão

#### Resistência crescente dos trabalhadores põe às claras a política antioperária do governo

Que Varizat, ex-ministro de governo, amigo e companheiro de Kirchner por mais de 20 anos, tenha atropelado 20 manifestantes com sua poderosa caminhoneta, deixando vários feridos graves, é uma amostra a mais de toda impunidade, prepotência e incapacidade do governo provincial e do nacional.

Demonstram toda sua impotência para atender as reivindicações populares (porque não querem, nem podem resolvê-las) ao ver que todas as medidas repressivas e antidemocráticas, longe de acalmar e aterrorizar o movimento popular, o têm enfurecido ainda mais.

O governo manda sua guarda suspender o bloqueio dos ambientalistas no Entre Rios, guardas ao Hospital Francês, guardas ao Porto Desejado e a Rio Gallegos, policiais para impedir que os trabalhadores do INDEC se levantem em protesto contra os desmandos que vem ocorrendo há alguns meses, centenas de policiais para guardar a Casa Santa Cruz etc.

Atua com jagunços para acabar com o acampamento dos professores em Rio Gallegos, como fez antes no Francês, ou no Chubut para impedir a palestra de Pino Solanas. Estão desorientados porque vêem que o crédito que tinham nas massas pode acabar-se e ficar às claras sua verdadeira política.

Engenharam-se para silenciar todos os meios críticos em Santa Cruz, mas a voz dos oprimidos se sente mais forte do que nunca em todo o país. Já não sabem o que fazer, os feudos dos Kirchner, ali onde os conhecem melhor do que nada, estão à cabeça de todas as reivindicações.

Pensaram que com as pancadarias do ano passado sobre os petroleiros, os desempregados, particularmente com a repressão brutal e a caça de trabalhadores em Las Heras, disciplinariam e derrotariam os

protestos sociais. Nada disso ocorreu. Fracassaram as provocações montadas com Alicia Kirchner, o cachorrinho da casa da mãe Kirchner e a história do atentado com o caminhão. Cada vez mais grosseiros.

Pelo contrário, vão caindo governadores e funcionários. Fica descoberta para toda a população a entrega dos recursos petroleiros (Cerro Dragão).

Fica descoberta toda demagogia discursiva de direitos humanos, anti-neoliberal e nacionalista. Estamos diante de um governo entreguista, corrupto, repressor e antioperário.

Os subsídios sem controle de milhões e milhões de pesos, o superfaturamento nas obras, o escândalo da mala, Skanska, os pagamentos da fraudulenta dívida externa, a negação em mostrar os contratos que concederam a exploração de Cerro Dragão, o dinheiro de Miceli no banheiro, a venda de armas a preço vil etc. mostram que a corrupção é parte estrutural do sistema de dominação (não pode ser de outra forma). O capitalismo está podre por onde se olha e suas pestilentas podem sentir debaixo de qualquer tapete que se levante.

A luta radical dos trabalhadores deixa às claras tudo isso e muito mais. Fica à vista a traição das direções sindicais que assinaram acordos que são varridos pela inflação e que não estão dispostos em mover um dedo.

Somente se agitam para reclamar postos nas listas de deputados, novos benefícios e como será a cúpula sindical que acompanhará o próximo presidente. Ficou à vista a entrega do convênio por parte do SOMU, e a negativa da CTERA-CTA em apoiar ativamente com as províncias em luta. Também apostaram que por meio da repressão se acabaria com as bases desordeiras, que não resignam mansamente a

apoiar o governo.

É a ação direta dos trabalhadores que marca o rumo de como se enfrentam estas políticas, seja na rua, nas estradas ou ocupando escolas como os estudantes secundaristas, ou os universitários desprezando as camarilhas que dominam a universidade, são os trabalhadores da pesca que sitiaram o porto de Mar del Plata etc, são os trabalhadores de BAUEN e ZANON, que se defendem nas ruas contra a nova ofensiva patronal para arrancar-lhes as empresas, são os estatais mendocianos ocupando a casa do governo.

#### **Não são as eleições, não é o Congresso, o terreno onde se resolverão as reivindicações populares**

A inflação galopante é o centro dos problemas para a população. Os salários da maioria empobrecida se liquidam com a alta indiscriminada dos preços de produtos de consumo básico.

O governo quer esconder as cifras reais da inflação para negociar junto com os burocratas sindicais reajustes que não recuperam os salários reais, como se os trabalhadores não sentissem em seus bolsos o estouro dos preços.

O governo não pode controlar nem conter a inflação. A base da alta constante está em que os formadores de preços estão altamente monopolizados, são os que decidem o que se produz, em que quantidade, em que qualidade, o que se exporta, o que se vende no mercado interno. Não há forma de abaixar os preços dos produtos de consumo popular se não se ataca toda a cadeia formadora de preços. Mas para isso faz falta um governo que represente os interesses da maioria popular e não um que está submetido aos ditames de um punha-

do de capitalistas (majoritariamente multinacionais). Em nome da liberdade e de seus direitos fazem o que querem.

Nada se pode resolver sem atacar as bases materiais da inflação, isto é: acabar com a propriedade privada dos meios de produção nas mãos das multinacionais. Hoje a venda no país de mais de 50% de produtos alimentícios está em mãos de 5 cadeias de supermercados, que têm aumentado a taxa de lucro no último período. Não há gritos, discursos, nem papéis que os detenham.

Para impedir que continue retrocedendo o poder de compra dos salários é necessário que se os ajustem mensalmente na proporção da alta real dos artigos que compõem a cesta familiar.

O salário mínimo deve ser igual ao custo da cesta familiar em cada região, em Santa Cruz estima-se que está por volta de 4.500 pesos.

Todos os acordos que não o garantam

devem ser desconhecidos. É necessário uma campanha única, nacional, para impor o salário mínimo igual o custo da cesta familiar para todos os trabalhadores sem exceção. O caminho é o de impulsionar assembleias em todos os locais de trabalho, plenárias por sindicatos e coordenar com outros sindicatos para preparar uma luta de conjunto. Os métodos são o da greve geral, com ocupação dos locais de trabalho, bloqueios de rua, pontes e avenidas, piquetes para garanti-los. Coordenação com os trabalhadores desempregados nos bairros. Esta é a luta que devemos preparar. Santa Cruz nos mostra como se pode combater passando por cima dos burocratas nacionais.

A burocracia, gorda, fraca, podre, não é favorável a esta questão vital. A luta deve preparar-se a partir das bases.

Os capitalistas estão fazendo grandes negócios e se preparando para incrementar ainda mais seus lucros à custa de maior

empobrecimento popular.

Os preços que estão impondo são um GOLPE à economia popular, querem fazer retroceder o poder aquisitivo ao ano de 2002. O governo impotente lhes deixa agir. Procura fazer algumas bravatas nos meios de comunicação para ganhar as massas, mas isto já não funciona como antes.

Não se consegue com o mau humor, com a bronca, deve-se organizar e orientar para devolver-lhes golpe por golpe aos capitalistas, toda vez que agem.

Se os meios de produção continuam nas mãos dos capitalistas, acabarão com os bosques, com as terras, com o gado, com os rios. Se lhes convêm que somente se plante soja para exportar, vão acabar com qualquer outra produção sem importar que não haja leite, nem pão, nem farinha, nem carne para alimentar-nos, desde que o pouco que se produza se volte como um barra de ouro.

## Bolívia

### Qual foi nosso prognóstico?

Nas vésperas do juramento de Evo Morales à Presidência da República, e quando já era de conhecimento público sua reiterada promessa de respeitar e não tocar a propriedade privada (sem dúvida nenhuma burguesa), dos meios de produção, nós lançamos das fileiras trotskistas o prognóstico de que sua efetivação ratificaria sem nenhuma dúvida a indiscutível orientação burguesa da política do "MOVIMENTO AO SOCIALISMO" (M.A.S.), isto apesar de se apresentar disfarçada com o poncho indígena.

Devemos recordar quais são as características da propriedade dos meios de produção que utilizam os seres humanos para poderem viver e se transformarem, as quais determinam o tipo de sociedade. A história da sociedade humana, desde seu aparecimento até o dia de hoje, ensina que são as características da propriedade dos meios de produção as que determinam as características do ser humano e da sociedade.

As investigações históricas ensinam que as sociedades primitivas somente conheceram a propriedade social dos meios de produção (de todos, da sociedade e de ninguém em particular), que permaneciam nas mãos dos produtores enquanto trabalham, para depois retornar ao poder da sociedade.

Essa foi a sociedade comunista primitiva, cimentada na propriedade social dos meios de produção. Existiu como fenômeno universal. Vimos esforços posteriores que buscaram retornar ao comunismo, que fracassaram ao não poder derrubar as fronteiras nacionais. O ensinamento: a sociedade comunista só pode existir como fenômeno mundial.

A propriedade social dos meios de produção não permite o surgimento das classes sociais, de explorados e exploradores.

O território conhecido como "país soberano" (Bolívia), que de fato é uma colônia do imperialismo, mostra uma ou outra pista, que permite esperar que no futuro se retorne a uma sociedade sem opressores nem oprimidos.

Patrício

A sociedade humana conheceu uma segunda forma de propriedade dos meios de produção: a privada, que quer dizer a monopolização dos meios de produção nas mãos de elementos da classe dominante e exploradora, que na sociedade atual, a capitalista, se chama burguesia.

A burguesia monopoliza o controle dos meios de produção e explora e oprime o proletariado, que é reduzido à condição de ser exclusivamente força de trabalho, obrigado a vendê-la para seu patrão, o burguês, em troca do salário que lhe permite sobreviver.

Realçamos que o camponês majoritário é, na atual sociedade burguesa, capitalista, proprietário de parcelas de terra reduzidas, que lhe permitem sobreviver em meio de enormes dificuldades e misérias. É uma nação-classe que, para manter-se em pé, se viu obrigada a se arrastar sob a classe dominante. Reiteramos que no campesinato os traços comunistas são muito débeis, muito pouco perceptíveis.

O partido político do proletariado está empenhado em ganhar militantes das diversas classes sociais (classe média, campesinato, etc.) para transformá-los ideologicamente em marxistas-leninistas-trotskistas. Nesta questão temos uma ampla experiência.

A classe média, que é pequena proprietária dos meios de produção, não tem capacidade para ir sozinha rumo à destruição da propriedade privada, pois a propriedade social não é sua finalidade.

O partido revolucionário que tem a finalidade de sepultar a propriedade privada burguesa dos meios de produção, para transformá-la em social, ganha elementos das outras classes sociais para transformá-los em revolucionários profissionais marxistas-leninistas-trotskistas.

(Extraído do "Masas" boliviano n° 2054 de 21/09/2007)